

O ESTUDO DO PROCESSO DE ENFERMAGEM NO CURSO TÉCNICO DE ENFERMAGEM¹

The study of the nursing process in the technical nursing course

OLIVEIRA, Valessa Gizele Ramos²

ALMEIDA, Rosiney Rocha³

RESUMO

Este artigo busca discutir sobre aspectos relacionados à ausência e à introdução do estudo do Processo de Enfermagem (PE) no curso Técnico de Enfermagem. Para tanto, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas aos docentes enfermeiros do curso Técnico de Enfermagem do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais *Campus* Januária e os dados obtidos foram organizados e categorizados segundo a análise de conteúdo, dando origem a três categorias de análises, e discutidos à luz do referencial teórico levantado. O PE é a base científica do cuidado e, embora, deva ser utilizado por todas as categorias de enfermagem, ainda hoje, seu estudo se mantém praticamente restrito às graduações. Os resultados alcançados apontam que a falta do ensino do PE no curso técnico pode ser considerada uma falha no processo formativo e que o PE deve ser abordado de forma teórica e prática, ao longo do curso, em diversas disciplinas e durante os estágios, onde ocorra o cuidado de enfermagem.

Palavras-chave: Curso Técnico de Enfermagem. Processo de Enfermagem. Técnico de Enfermagem.

ABSTRACT

This article seeks to discuss aspects related to the absence and introduction of the study of the Nursing Process (NP) in the Technical Nursing course. To this end, semi-structured interviews were applied to the nursing teachers of the Technical Nursing course of the Federal Institute of Northern Minas Gerais Januária Campus. The data obtained were organized and categorized according to content analysis, giving rise to three categories of analysis, and discussed in light of the theoretical framework raised. The NP is the scientific basis of care and, although it should be used by all nursing categories, its study remains practically restricted to undergraduate courses. The results achieved indicate that the lack of PE teaching in technical courses can be considered a flaw in the training process and that PE should be addressed theoretically and practically, throughout the course, in several disciplines and during internships, where nursing care occurs.

Keywords: Technical Course in Nursing. Nursing Process. Nursing Technician.

¹ Este texto não foi apresentado ou publicado, anteriormente, em encontros e/ou outros eventos científicos; passou pela avaliação de Comitê de Ética em Pesquisa (COEP); é resultante de pesquisa de mestrado da primeira autora, orientada pela segunda autora; não recebeu apoio de órgãos de financiamento/fomento.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, Graduação em Enfermagem pela Universidade Estadual de Montes Claros/MG. E-mail: valessagiz@yahoo.com.br.

³ Doutorado em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Cruzeiro do Sul/SP, Mestrado Profissionalizante em Ensino de Ciências e Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Montes Claros/MG. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - *Campus* Montes Claros. E-mail: rosiney.rocha@ifnmg.edu.br.

INTRODUÇÃO

A metodologia ou método científico através do qual o cuidado de enfermagem deve ser prestado com base nos fundamentos do trabalho e em teorias recebe o nome de Processo de Enfermagem (PE):

Processo de Enfermagem é um método utilizado para se implantar, na prática profissional, uma teoria de enfermagem. Após a escolha da teoria de enfermagem, torna-se necessária a utilização de um método científico para que os conceitos da teoria sejam implantados na prática (TANURE; PINHEIRO, 2011, p. 65).

Se ao longo da história a enfermagem foi por muito tempo relacionada ao cuidado empírico, realizado por mulheres de diferentes colocações sociais, ora damas da sociedade, ora pessoas tidas como de moral duvidosa, de forma mal remunerada ou associada à caridade e subordinada ao conhecimento médico (GEOVANINI, *et al.* 2018), com o PE, ela pôde definir o seu campo exclusivo de atuação, favorecendo o fortalecimento e reconhecimento profissional.

Essa metodologia propõe uma assistência de enfermagem integral, que considera o ser na sua inteireza, de forma humanizada, centrada na prevenção e tratamento das necessidades humanas e na promoção de saúde, com vistas a prestar o melhor cuidado possível ao indivíduo, família ou comunidade (CARVALHO *et al.*, 2008). Espera-se que, através da sua implementação, os erros resultantes de um ambiente de trabalho desorganizado sejam minimizados, a comunicação entre os profissionais seja otimizada e as informações sejam documentadas para posterior utilização na assistência, no ensino e, principalmente, na pesquisa, já que o PE deve ser formalmente registrado nos prontuários dos indivíduos alvo do cuidado de enfermagem (TRUPPEL *et al.*, 2009).

Além de ser atribuído ao PE a possibilidade de se prestar uma assistência superior, individualizada, não direcionada à doença, mas ao ser e suas diversas dimensões, ele favorece a superação da dicotomia que caracteriza as práticas de enfermagem e que provocou uma problemática cisão do processo de cuidar, reflexo de sua edificação histórica enquanto profissão: de um lado, aqueles que planejam, ou seja, os enfermeiros; e de outro, aqueles que executam, as demais categorias de formação profissionalizante (SALVADOR *et al.*, 2015).

Acerca da legislação profissional, o PE foi regulamentado no país pela Resolução COFEN nº 272, de 27 de agosto de 2002, a qual foi revogada pela Resolução COFEN nº 358, de 15 de outubro de 2009. A implementação do PE deve ocorrer em todos os ambientes em que ocorra o cuidado profissional de enfermagem, incluindo serviços ambulatoriais de saúde, domicílios, escolas, associações comunitárias, fábricas, entre outros. Segundo a Resolução COFEN-358/2009, o PE deve ser realizado pela equipe de enfermagem, de modo deliberado e sistemático, a partir de cinco etapas inter-relacionadas, interdependentes e recorrentes, quais sejam: Coleta de dados de Enfermagem (ou Histórico de Enfermagem), Diagnóstico de Enfermagem, Planejamento de Enfermagem, Implementação, Avaliação de Enfermagem (COFEN, 2009).

Todavia, apesar da importância e dos aspectos legais, algumas vezes, o PE persiste basicamente como uma atividade burocrática, perdendo toda a sua essência e contribuindo para que sua consolidação ocorra de maneira desigual no Brasil. Quando por um lado existem unidades federativas com o PE implementado há décadas, em contrapartida, há estados em que ele ainda é apenas uma discussão teórica (SALVADOR *et al.*, 2016).

Da mesma forma, são as publicações acerca do tema. Em uma revisão integrativa com o objetivo de caracterizar a produção científica sobre a aplicação do PE em âmbito nacional, sem filtro relacionado ao período da publicação, identificou-se uma discrepância associada ao número de publicações nas diferentes regiões do país, sendo a Região Norte a com menor quantidade de publicações e a Região Nordeste a com maior número de estudos:

No que se refere à região onde foram realizados os estudos, 40 artigos (42,1%) foram desenvolvidos na região Nordeste do Brasil, 32 artigos (33,7%) na região Sudeste, 20 artigos (21%) na região Sul, dois artigos (2,1%) na região Centro-Oeste e um artigo na região Norte (1,1%) (GUIMARAES *et al.*, 2020, p. 03).

Os principais dificultadores apontados para a efetivação do PE são a falta de conhecimento e de interesse da equipe de enfermagem e gestores, ausência de capacitações, reduzido número de profissionais de enfermagem e a sobrecarga de trabalho (HERMIDA, 2004). Essa falta da compreensão acerca do PE pode levar ao desinteresse ou à sua efetuação de forma relapsa, como uma prática isolada, uma exigência legal, de forma a atrapalhar seu reconhecimento e a levar a perda dos benefícios decorrentes do seu uso (CARVALHO *et al.*, 2008; SALVADOR *et al.*, 2016).

Como possibilidade de superação desses fatores, destaca-se a essencialidade do binômio saúde-educação, que deve se iniciar na formação de todos os profissionais componentes da equipe de enfermagem e continuar por meio da educação permanente desses sujeitos, valorizando-se os aspectos críticos-reflexivos essenciais a tal profissão [...] (SALVADOR; SANTOS, 2013, p. 822).

Apesar da relevância, ainda hoje, o estudo do PE se restringe aos enfermeiros, ficando os técnicos de enfermagem, em sua maioria, à deriva com relação a esse assunto durante a sua formação, evidenciando a divisão técnica e social da educação. O estabelecimento do capitalismo, levou o homem a perda do acesso ao processo produtivo como um todo e o conduziu a um processo de alienação:

A propriedade privada nos tornou tão estúpidos e unilaterais que um objeto somente é nosso quando o temos, quando existe para nós enquanto capital ou quando é imediatamente possuído, comido, bebido, vestido, habitado; em suma, utilizado por nós. Ainda que a propriedade privada conceba, por sua vez, todas essas realizações imediatas da possessão somente como meios de vida e a vida a que servem como meios é a vida da propriedade privada, o trabalho e a capitalização. Em lugar de todos os sentidos físicos e espirituais apareceu, assim, o simples estranhamento de todos estes sentidos, o sentido de ter (MARX; ENGELS, 2011, p.49-50).

O trabalho, que antes satisfazia às necessidades básicas vitais e espirituais do indivíduo, passou a aprisionar o homem sob a lógica da exploração. Isso trouxe mudanças em toda a vida das sociedades e sedimentou a divisão das classes sociais e da educação (SAVIANI, 1994).

Houve uma fragmentação entre as esferas do conhecimento e da produção; da ciência e da técnica; da teoria e da prática; do trabalho intelectual e do trabalho manual. Ao filho do operário cabia uma educação limitada, ao filho do pequeno-burguês um ensinamento para cargos administrativos e burocráticos, enquanto o filho da elite era preparado para desfrutar da vida e para governar. A escola para o trabalhador era estreita, com uma formação que permitia, basicamente, a leitura de instruções para inculcar a moral burguesa, tornando os trabalhadores um rebanho manso e fácil de governar (LODI-CORREIA, 2018).

Diante da importância do estudo do PE por todos os profissionais que o executam e da relevância de se discutir processos formativos mais integrais e emancipatórios, esse artigo buscou discutir sobre aspectos relacionados à ausência e à introdução do estudo do PE nos cursos de Técnico de Enfermagem.

MÉTODO

Foi realizada uma pesquisa de campo no curso Técnico de Enfermagem do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) *Campus* Januária, com abordagem qualitativa, objetivando discutir sobre tais aspectos. O curso Técnico de Enfermagem foi implantado no *Campus* Januária em 2000, na modalidade subsequencial, ou seja, destinada a quem já concluiu o ensino médio, no período noturno, com forma de ingresso por processo seletivo, através da Resolução do Conselho Diretor nº 01, de 06 de abril de 2000 (IFNMG, 2014).

Para tanto, seis professoras foram ouvidas, formando a amostra, a partir dos seguintes critérios de inclusão: ter no mínimo seis meses de experiência na docência teórica ou prática do curso em voga, para garantir uma ambientação relacionada ao curso e à instituição, ser enfermeiro (a), aceitar participar do estudo e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); e critérios de exclusão: ser professor (a) com menos de seis meses de experiência de docência teórica ou prática no referido curso, não ser enfermeiro (a), não aceitar participar do estudo ou não assinar o TCLE.

Os dados foram colhidos através da aplicação de entrevistas semiestruturadas às participantes no período de 27 de outubro a 8 de novembro de 2021, de forma individual, *online*, via *Google Meet*. Todos os encontros foram gravados, com a autorização das pessoas envolvidas. Cada participante foi nomeada com a letra “P” seguida de um numeral ordinal, definido aleatoriamente.

No tratamento dos dados foi utilizada a análise de conteúdo, que pode ser considerada um conjunto de técnicas de análise adaptável a um campo muito vasto: o das comunicações (BARDIN, 2016). As entrevistas foram transcritas integralmente, foi realizada a leitura flutuante das transcrições e estabelecido o *corpus* da pesquisa, as unidades de registro, no caso, os temas, e as unidades de contexto.

Partindo da questão norteadora Como você enxerga a ausência e a possível introdução do estudo do PE no curso Técnico de Enfermagem do IFNMG *Campus* Januária? Surgiram as seguintes categorias de análise: *A lacuna relacionada à ausência do estudo do PE*; *O despertar para o estudo do PE*; *Possibilidades de implantação do estudo do PE*. Posteriormente, foi feita a interpretação e discussão dos dados, de acordo com a estratégia de emparelhamento, que consiste em associar as informações obtidas ao referencial teórico levantado (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Em se tratando dos demais aspectos éticos, a pesquisa só teve a execução em campo iniciada após encaminhamento do projeto à Plataforma Brasil e a sua aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), emitido pelo Parecer Consubstanciado de número 4.988.191, em 21 de setembro de 2021.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Na categoria *A lacuna relacionada à ausência do estudo do PE*, as docentes consideraram a falta do ensino do PE no curso Técnico de Enfermagem *Campus*

Januária como uma falha no processo formativo dos alunos, como mencionou a P5: “É uma coisa que a gente não faz, então já é uma deficiência”.

Apesar da relevância, a participação do técnico no PE ainda é obscura, não se observando na prática sua integração nesse processo, fato que pode ser associado ao desenvolvimento histórico de consolidação da enfermagem, quando o planejar e o executar foram consolidados como atividades dicotômicas a à falta de conhecimentos sobre o PE, uma vez que o seu ensino ainda é muito restrito às graduações (AMANTE; ROSSETTO; SCHNEIDER, 2009; CARVALHO *et al.*, 2008; HERMIDA, 2004; SALVADOR, 2013; SALVADOR *et al.*, 2015; SALVADOR *et al.*, 2016).

Ao enfermeiro, observadas as disposições da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986 e do Decreto nº 94.406, de 08 de junho de 1987, que a regulamenta, incumbe a liderança na execução e avaliação do PE, de modo a alcançar os resultados de enfermagem esperados. Cabe-lhe, privativamente, o diagnóstico de enfermagem acerca das respostas da pessoa, família ou coletividade humana em um dado momento do processo de saúde e doença, bem como a prescrição das ações ou intervenções de enfermagem a serem realizadas, face a essas respostas (COFEN, 2009).

O técnico de enfermagem, em conformidade com o disposto na Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, e do Decreto 94.406, de 08 de junho de 1987, que a regulamenta, participa do PE, naquilo que lhe couber, sob a supervisão e orientação do enfermeiro (COFEN, 2009). Verifica-se que, segundo esses dispositivos, o técnico de enfermagem participa de todas as etapas, exceto da elaboração dos diagnósticos de enfermagem e da prescrição de enfermagem. A prescrição dos cuidados deve ser efetuada pelo enfermeiro, porém a execução é de responsabilidade de todos os membros da equipe de enfermagem.

O artigo 12 da Lei do Exercício Profissional da Enfermagem dispõe que o técnico de enfermagem exerce as atividades auxiliares, de nível médio técnico, atribuídas à equipe de enfermagem, cabendo-lhe, entre outras atribuições, assistir o enfermeiro no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem. Assim, está prevista a participação do TE também no planejamento da assistência de enfermagem, o que é indispensável para a solidificação do PE nas instituições de saúde (BRASIL, 1986).

Usualmente, o PE não é estudado nos cursos de Técnico de Enfermagem e, quando o técnico, depois de formado, se depara com ele nas instituições que já o consolidaram, executa-o de maneira fragmentada, sem muitas vezes nem saber que aquela prática é parte de algo maior ou de forma acrítica, desarticulada, sem conhecer integralmente suas bases, suas partes, sua relevância. Diante disso, como ficaria a situação de um técnico inserido em uma atividade, sem compreendê-la por inteiro? Conforme expressou a P2 “[...] cumprir ele pode até cumprir, mas ele vai ter realmente dificuldades de entender qual é a importância do processo, o porquê, o que está por trás disso tudo, então realmente é uma falha do curso”.

Ao se estruturar a partir da compreensão holística do sujeito, fazendo valer o princípio da integralidade, o PE não se mostra limitado a um modo de fazer, a uma questão legal, instrumental e operacional para o trabalho, mas como um modo de pensar a prática assistencial. Isso enseja o entendimento do sentido e do significado desse cuidado, sua dimensão político-social e sua implicação sobre a vida do outro (SOUZA, 2005). Logo, é impossível executá-lo adequadamente e colher os seus benefícios sem compreendê-lo.

Mesmo sendo considerado de suma importância para a profissão e para a melhoria do cuidado prestado, a realidade ainda é distante do ideal e a ausência do ensino do PE no curso Técnico de Enfermagem *Campus* Januária não difere do panorama geral, conforme foi percebido pela P1: “Sinceramente eu não conheço nenhum projeto, pois eu tenho estudado alguns projetos, que tenha a sistematização da assistência no curso técnico. Pelo menos em alguns Institutos [...], eu não vi em nenhum” (P1).

Essas lacunas, tanto na formação inicial como ao longo da trajetória profissional, fazem com que mesmo os técnicos de enfermagem que executam o PE no dia a dia de trabalho não consigam reconhecê-lo no todo e nem delimitar sua função dentro da metodologia (CRUZ; ALMEIDA, 2010).

Pôde-se perceber durante as entrevistas que as docentes usaram o termo SAE (Sistematização da Assistência de Enfermagem) como sinônimo de PE, no entanto o PE é apenas um dos meios, talvez o principal, para se operacionalizar a SAE. Essa falta de unidade na nomenclatura pode contribuir para certa inconsistência na compreensão de tais ferramentas de trabalho, bem como para a falta de clareza sobre suas contribuições e limites (BARROS *et al.*, 2015).

Sendo o processo de construção do conhecimento próprio da enfermagem relativamente recente, frente à história da profissão, é compreensível que o seu ensino e efetivação se dê de forma gradual, especialmente nos locais do país em que ele demorou um pouco mais para chegar. Uma docente concluiu a graduação de Enfermagem em 2001, duas em 2005, as demais respectivamente, em 2007, 2008 e 2009, época em que o ensino do PE ainda estava iniciando nos cursos superiores da região, como colocou a P4: “Eu enxergo que é um problema do corpo docente porque a gente não trabalha isso de maneira sistemática, talvez até por falta de conhecimento, nós sabemos que até nas universidades esse assunto é muito recente [...]”.

Uma das entrevistadas afirmou não ter estudado o PE na graduação de Enfermagem e as demais disseram tê-lo estudado. Mas ao serem questionadas de que forma se deu esse estudo, pôde-se perceber que ele foi fragmentado, superficial e não ocorreu durante todo o curso, de forma consecutiva e integrada, ficando mais restrito a algumas etapas, como o histórico, os diagnósticos de enfermagem e as prescrições de enfermagem. Essas dificuldades associadas à falta de implementação do PE em muitas unidades de saúde da região, pode também ter contribuído para o lapso relacionado ao tema no caso do curso técnico em voga.

Interessante registrar a importância desse trabalho com relação ao despertar das docentes para o ensino dessa metodologia no curso técnico, conforme afirmou P4:

[...] eu tenho certeza que a partir da sua pesquisa a nossa cabeça vai estar mais voltada para essas questões [...], quando chega uma pesquisadora e nos chama atenção para isso, acende aquela chavinha, espera aí, nós vamos ter que começar pensar diferente a partir de agora [...] (P4).

Na categoria *O despertar para o estudo do processo de enfermagem*, as docentes demonstraram que iniciaram a pensar nessa necessidade a partir desse estudo, o que se evidencia também na fala da P6: “Eu nunca parei na verdade para pensar e avaliar como que eu poderia trabalhar isso com os meus alunos, é algo a se pensar, você está levantando muitos questionamentos que colocam a gente para pensar [...]”.

A necessidade de profissionais de enfermagem frente ao crescimento da institucionalização dos serviços de saúde levou à fragmentação da profissão entre

enfermeiros, com atribuições voltadas para o ensino, gestão e supervisão e as demais categorias, responsáveis pela execução do cuidado (BONINI *et al.*, 2015). Enquanto o enfermeiro tem acesso ao conhecimento científico e às teorias que orientam o cuidado de enfermagem, a formação dos técnicos foca nas técnicas e procedimentos que eles devem realizar, não aprofundando nos porquês, pois conforme aponta Gelbcke (2002), as atividades requeridas a eles se apoiam no fazer, na realização de tarefas fragmentadas.

A concepção do ensino profissionalizante hegemônica, tem como pressuposto a fragmentação do trabalho em especialidades autônomas, em que os trabalhadores são formados para executar com eficiência determinadas tarefas requeridas pelo mercado de trabalho, implicando a divisão entre os que geram e controlam o processo de trabalho e aqueles que o efetuam na prática. “O ensino profissional é destinado àqueles que devem executar, ao passo que o ensino científico-intelectual é destinado àqueles que devem conceber e controlar o processo” (SAVIANI, 2003, p. 138).

Essas dualidades históricas marcaram as classes sociais, a educação e a saúde e formaram consciências ao longo de décadas. Mesmo nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), que têm como objetivos atuar no ensino médio integrado à formação profissional, unindo a concepção de educação tecnológica aos valores éticos, o ensino técnico e o científico, a ciência e a cultura, com vistas a alcançar uma formação contextualizada, emancipatória, abrangente, com ênfase na compreensão do mundo do trabalho e que contribua para superar a divisão dos seres humanos entre os que pensam e os que trabalham (PACHECO, 2020), se desvencilhar dessas fragmentações, certamente trata-se de um longo processo.

Os IFs são uma institucionalidade inédita em nossa estrutura educacional, original na medida em que não se inspira em nenhum modelo nacional ou estrangeiro, criada pela Lei 11.892/2008. Tem como objetivos atuar na formação inicial, no ensino médio integrado à formação profissional, na graduação, preferencialmente, tecnológica e na pós-graduação. Entretanto, estas diferentes modalidades têm de dialogar entre si, procurando estabelecer itinerários formativos possibilitando reduzir as barreiras entre níveis e modalidades, que dificultam a continuidade da formação dos educandos, especialmente os oriundos das classes trabalhadoras e excluídos. Preconizam a atuação junto aos territórios e populações com vulnerabilidade social objetivando integrá-las à cidadania e aos processos de desenvolvimento com inclusão (PACHECO, 2020, p. 07).

Além de minimizar a divisão técnica e social da formação e do trabalho, a incorporação do técnico ao PE é fundamental também para o estabelecimento e consolidação do PE:

[...] a efetivação da SAE exige a integração do profissional TE, superando a dicotomia entre o pensar e o executar, uma vez que consolidar atividades no âmbito biomédico, em qualquer grau, exige preparo prévio teórico e prático e, portanto, prescinde a visão dualística de executar e pensar, tendo em vista que tais aspectos são ações interdependentes (SALVADOR; SANTOS, 2013, p. 819).

Poucos são os estudos que tratam da inserção do técnico de enfermagem no PE, porém eles são unânimes em afirmar que isso é indispensável, assim como são unânimes também em apontar para a necessidade da inclusão desse tema no currículo dos cursos de Técnicos de Enfermagem. Entretanto, há dúvidas por parte dos professores sobre como e quando efetivar o ensino do PE aos técnicos, durante o curso (CARVALHO *et al.*, 2008; CARVALHO; SILVA, 2009; CRUZ; ALMEIDA, 2010; HERMIDA, 2004; RAMOS; SALVADOR *et al.*, 2015; SALVADOR *et al.*, 2016).

Além das previsões legais e da importância da participação de todos os membros da equipe no PE para sua implementação, o técnico de enfermagem é o membro da equipe mais numeroso e que usualmente tem mais contato com o usuário, se comparado às demais categorias. Os dados mais recentes informados pelos Conselhos Regionais de Enfermagem (COREN) em fevereiro de 2022 e disponíveis no site do COFEN, referentes à quantidade de inscrições ativas no país, apontam que, dentro de 2.628.873 inscrições, 1.537.827 são de técnicos de enfermagem (ENFERMAGEM, 2022).

Enquanto o conhecimento sobre a metodologia estiver restrito à prática do enfermeiro, é pouco provável que as outras categorias da equipe de enfermagem contribuam com seu reconhecimento e efetivação (CARVALHO *et al.*, 2008). Realça-se que tornar o PE a base da prática profissional da enfermagem requer esforços de todos os envolvidos, sobretudo das instituições formadoras, que representam o alicerce desse processo, o que não deve se restringir apenas ao ensino superior, mas se estender também ao currículo do curso Técnico de Enfermagem (SALVADOR, *et al.*, 2016).

Na categoria *Possibilidades de implantação do estudo do PE*, as entrevistadas foram unânimes em afirmar que consideraram como real a possibilidade de implantar o ensino do PE no curso Técnico de Enfermagem *Campus* Januária:

[...] eu comparo o processo de enfermagem com a humanização, a gente vê a humanização em alguma disciplina específica, vê a legislação, o que é em si, o conceito, mas a partir daí todas as disciplinas trabalham com a humanização, então eu penso que podemos trabalhá-lo de maneira transversal e como conteúdo específico de alguma disciplina (P4).

Para elas, o PE pode ser incluído no novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico de Enfermagem, que se encontra em reformulação, como uma disciplina transversal, como afirma também a P1:

Inclusive eu já tenho até pensado como a gente vai colocar nesse novo projeto, como a gente está tentando fazer unidades curriculares, talvez a gente possa colocar como um tema transversal, que possa transitar em todas as unidades, pois a sistematização é isso [...] (P1).

Ao falarem disso, as docentes reforçam o entendimento de que o PE deve se fazer presente em toda e qualquer assistência a ser prestada e em todos os locais onde haja cuidado profissional de enfermagem (COREN, 2009; TANURE; PINHEIRO, 2018).

Quando questionadas se esse estudo teria que ser prático ou teórico, todas apontaram para a necessidade de união entre essas duas modalidades de ensino, como disse P1: “Tem que ser teoria e prática, tem que entender o que é, como funciona e como fazer na prática, se não fica sem sentido”.

Pensando na superação da dicotomia entre trabalho técnico e científico, a partir do próprio trabalho real (SAVIANE, 2003), é muito importante que, além de ser estudado teoricamente, o PE seja desenvolvido durante os estágios nas unidades que prestam assistência de enfermagem, propostos pelo curso Técnico de Enfermagem *Campus* Januária, em conjunto com os enfermeiros docentes, afim de que os discentes possam perceber que é possível uma práxis ampliadora, que considera o usuário dos serviços de saúde em suas diversas dimensões e individualidade, como ser humano e não como objeto do capital, capaz de integrar as categorias de enfermagem e unir os aspectos gerenciais e executivos do cuidado.

Superar a cisão no processo de cuidar, suas fragmentações entre o planejamento e a execução, significa apreender a enfermagem não mais como prática espontânea,

isenta de planejamento e cientificidade. Para isso, é necessário que se reafirme o poder clínico da enfermagem, tendo em vista ações que englobem toda a equipe de enfermagem, superando-se, em definitivo, essa dicotomia e integrando definitivamente o técnico de enfermagem ao PE de forma sistemática e consciente. (SALVADOR *et al.*, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ausência do estudo do PE no curso Técnico de Enfermagem é apontada como uma falha formativa, em que a base científica do cuidado de enfermagem não é abordada, cuidado esse que é o cerne da profissão. Tal fato pode estar associado à influência da divisão técnica e social do trabalho e do ensino, ainda tão presentes atualmente, e à falta de conhecimento do próprio PE por parte dos docentes enfermeiros, cujas graduações cursadas não o ensinaram de forma profunda e integrada.

Apesar da clareza que as docentes tiveram sobre a necessidade e a importância do estudo do PE no curso técnico, isso só foi despertado com essa pesquisa, logo, discutir sobre esse assunto, dar visibilidade a ele, difundi-lo, ainda se faz muito relevante, tanto nos processos formativos dos técnicos de enfermagem quanto dos enfermeiros, que em regra são os formadores dos técnicos. Sua abordagem no nível técnico deve ocorrer de forma teórica e prática, ao longo do curso, em várias disciplinas e nos campos de estágios, durante os atendimentos prestado à comunidade.

É certo que a consolidação do PE depende de diversos fatores, entretanto, reconhecer o seu potencial em fortalecer a enfermagem, unir os aspectos gerenciais e executivos do cuidado e fomentar a integralidade da assistência é fundamental, e isso dificilmente será possível sem o estudo do PE por todas as categorias profissionais.

REFERÊNCIAS

AMANTE, Lúcia Nazareth; ROSSETTO, Annelise Paula; SCHNEIDER, Dulcinéia Ghizoni. Sistematização da assistência de enfermagem em unidade de terapia intensiva sustentada pela teoria de Wanda Horta. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, Santa Catarina, v. 43, n. 1, p. 54-64, mar. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342009000100007>. Acesso em: 10 maio 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2016.

BARROS, Alba Lúcia Bottura Leite [*et al.*]. **Processo de enfermagem**: guia para a prática. Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo. 1. ed. São Paulo: COREN-SP, 2015. 113 p. Disponível em: <https://portal.coren-sp.gov.br/sites/default/files/SAE-web.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2021.

BONINI, Bárbara Barrionuevo *et al.* Enfermeiras americanas do Serviço Especial de Saúde Pública e a formação de recursos humanos na Enfermagem Brasileira. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 49, n. 2, p. 136-143, dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-623420150000800019>. Acesso em: 13 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências. Brasília, DF, 25 jun. 1986. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7498.htm. Acesso em: 18 jun. 2021.

CARVALHO, Emilia Campos de *et al.* A contribuição dos membros da equipe de enfermagem para o Processo de Enfermagem na visão dos enfermeiros. **Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 71-78, maio 2008. Disponível em: <http://reme.org.br/artigo/detalhes/240>. Acesso em: 10 jun. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - COFEN. **Resolução COFEN n. 358, de 15 de outubro de 2009**. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências. Brasília, DF: COFEN, 2009. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resoluco-COFEN-3582009_4384.html. Acesso em: 13 maio 2021.

CRUZ, Andréa de Mello Pereira; ALMEIDA, Miriam de Abreu. Competências na formação de Técnicos de Enfermagem para implementar a Sistematização da Assistência de Enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 44, n. 4, p. 921-927, dez. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342010000400009>. Acesso em: 12 junho 2021.

GELBCKE, Francine Lima. **Interfaces dos aspectos estruturais, organizacionais e relacionais do trabalho de enfermagem e o desgaste do trabalhador**. 2002. 270 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/84216>. Acesso em: 20 jun. 2021.

GEOVANINI, Telma *et al.* **História da Enfermagem: versões e interpretações**. 4. ed. Rio de Janeiro: Thieme Revinter. 2018.

GUIMARÃES, Juliana Oliveira *et al.* Panorama do Processo de Enfermagem no Brasil. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, [S. l.], v. 94, n. 32, p. 1-11, dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.31011/reaid-2020-v.94-n.32-art.926>. Acesso em: 12 de jul. de 2021.

HERMIDA, Patrícia Madalena Vieira. Desvelando a implementação da sistematização da assistência de enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 6, p. 733-737, nov./dez. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672004000600021>. Acesso em: 11 jun. 2021.

IFNMG - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais Campus Januária. **Plano de curso**: Curso de educação profissional técnica de nível médio em enfermagem. Januária: IFNMG, 2014.

LODI-CORRÊA, Samantha. Nadezhda Krupskaja: por uma educação revolucionária. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 10, n. 3, p. 236-244, dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v10i3.27387>. Acesso em: 14 jun. 2021.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. Campinas, SP: Navegando Publicações, 2011.

PACHECO, Eliezer. Desvendando os institutos federais: identidade e objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 4-22, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36524/profept.v4i1.575>. Acesso em: 21 jun. 2021.

SALVADOR, Pétala Tuani Candido de Oliveira. **Compreensão do típico ideal de técnicos de enfermagem acerca da sistematização da assistência de enfermagem**. 2013. 123f. Dissertação (Mestrado em Assistência à Saúde) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em: http://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UFRN_5c08b59db34048dd97ffaf76f4bdb94e. Acesso em: 27 jun. 2021.

SALVADOR, Pétala Tuani Candido de Oliveira; SANTOS, Viviane Euzébia Pereira. Participação do técnico de enfermagem na sistematização da assistência de enfermagem: revisão integrativa da literatura. **Rev. enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 818-823, dez. 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/12301>. Acesso em: 27 jun. 2021.

SALVADOR, Pétala Tuani Candido de Oliveira *et al.* Ensino da sistematização da assistência de enfermagem aos técnicos de enfermagem. **Escola Anna Nery**, [S. l.], v. 19, n. 4, p. 557-562, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/7swh6wDYxNqbsVrprBF7CcN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 27 jun. 2021.

SALVADOR, Pétala Tuani Candido de Oliveira *et al.* Ensinar sistematização da assistência de enfermagem em nível técnico: percepção de docentes. **Acta Paulista de Enfermagem**, [S. l.], v. 29, n. 5, p. 525-533, nov./dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0194201600073>. Acesso em: 27 jun. 2021.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnicia. **Trabalho, educação e saúde**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003. Disponível em: <http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r41.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2021.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: **Novas tecnologias, trabalho e educação**. 1. ed. Petrópolis /RJ : Vozes, 1994.

SOUZA, Maria de Lourdes de *et al.* O cuidado em enfermagem: uma aproximação teórica. **Texto & Contexto-Enfermagem**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 266-270, abr./jun. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072005000200015>. Acesso em: 13 jun. 2021.

TANNURE, Meire Chucre; PINHEIRO, Ana Maria. **SAE: Sistematização da assistência de enfermagem: guia prático**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

TANURE, Meire Chucre; PINHEIRO, Ana Maria. **SAE: Sistematização da assistência de enfermagem: Guia Prático**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.

TRUPPEL, Thiago Christel *et al.* Sistematização da assistência de enfermagem em unidade de terapia intensiva. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 62, n. 2, p. 221-227, mar./abr. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672009000200008>. Acesso em: 25 jun. 2021.

Data da submissão: 30/03/2022

Data da aprovação: 20/12/2022